

Embasamento legal:

O Licenciamento de direito autoral não se configura como serviço, pois não está contemplado no rol de serviços listados na Lei Complementar 116/05, por isso está dispensado de emissão de nota fiscal e do pagamento do ISSQN. No entanto, está sujeito ao pagamento do PIS e COFINS, cuja tributação não considera a natureza da operação, mas o fato de o ingresso de recursos configurar receita contábil. Para empresas no Simples Nacional, avaliar os impactos com o contador da empresa.

Explicação

Nosso contato é o de direito autoral, nesse caso então estamos falando de um contrato padrão de Pós-graduação, onde o Seller, cede direitos autorais para Cogna na figura de Anhanguera Voomp para composição de um curso de pós-graduação.

Anhanguera Voomp, detentora das licenças de MEC com autorização para certificar cursos de graduação, emite notas fiscais para os alunos.

Então, o processo aluno Anhanguera, ele vai ser regulado pela lei complementar 116, com o código de serviço, responde 01.

É ensino superior, pós-graduação ou graduação, ensino médio fundamental é um código de serviço específico para todas as séries.

E o relacionamento Seller versus Anhanguera vai ser tratado com licenciamento de direito autoral.

Porque esse licenciamento de direito autoral não tem uma nota fiscal atrelada?

Porque não é um serviço previsto na lei complementar 116.

Devemos ter uns 32 códigos, é listando o que são serviços.

A cessão de direito autoral, o licenciamento de direito autoral, não é um serviço, então ele não está obrigado ao recolhimento do ISS, somente o PIS Cofins como uma receita, então, o Seller fica desobrigado a emissão da nota fiscal como é o intangível de propriedade intelectual.

Nós também, não conseguimos enquadrar como um produto para uma emissão de nota fiscal na esfera das receitas, logo o reconhecimento de receita pelo Seller, ele está atrelado ao ingresso de receita de licenciamento de conteúdo ou de direito autoral, Tributação de PIS, Cofins

É o modelo tributariamente mais econômico a tratar

Como funciona o reconhecimento de receita pelo Seller.

O valor recebido, na conta corrente, está atrelado à força do contrato.

O reconhecimento de receita é a transação financeira e a obrigação de performance do contrato.

Aí, o que que a gente precisa olhar se o contrato prevê uma entrega de conteúdo única, um reconhecimento de receita único, se o contrato prevê entregas parciais, o reconhecimento é parcial na contabilidade

Importante observar:

Vocês observarem a bitributação, qualquer outra possibilidade que vocês elencarão na lista de prestação de serviço, isso vai ser bi tributado, então eu vou pagar ISS na ponta pro aluno e quando repassar valores pra vocês, vocês também vão pagar ISS, PIS Cofins

Exemplo, locação de imóvel

Quando você loca um imóvel, você não recebe uma nota fiscal, você só recebe transações financeiras, que informam que o seu locatário está pagando aluguel. O recibo é somente uma formalização, por um meio administrativo de que você recebeu o aluguel.

É a cessão de direito autoral ou licenciamento de conteúdo, funciona da mesma forma como ela não está regulada, pela lei, que define a prestação de serviço e seus anexos e nós não temos como emitir nota fiscal para fins de auditoria

Emissão de NF ao aluno

As notas que a Anhanguera emite pro nosso aluno, ela vai com o nosso CNPJ, com o nosso nome, é porque a NF pro aluno, ela tem que ser exatamente igual aos dados que vai certificar ali, diploma ou certificado de conclusão de curso.

Então, para o aluno, sempre vai ver o logo da Anhanguera, CNPJ, empresa certificada no MEC